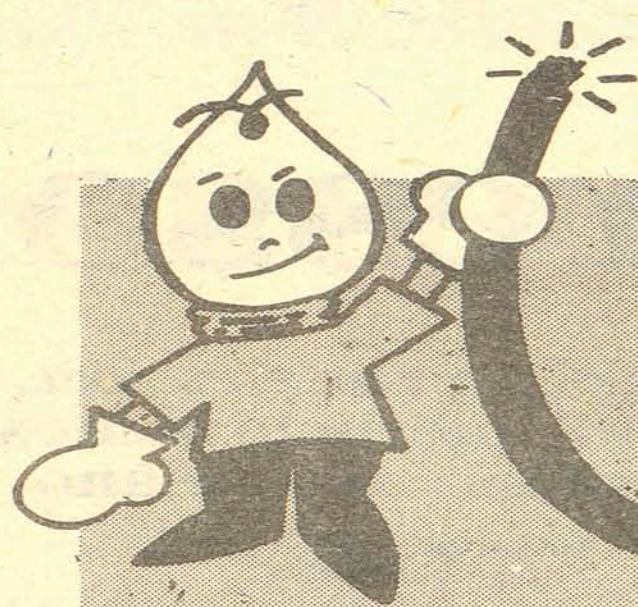




Nº 127

28/02/91

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Meneguelli não engole a recessão

Gastão Cassel

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, mostrava no rosto sinais de indignação quando falava do governo Collor, no dia 25, enquanto o sol se punha na capital de Santa Catarina. Não que cara amarrada fosse novidade em Meneguelli, mas havia de fato um motivo especial. "A Central está sem qualquer expectativa de que seja aprovada uma lei salarial decente", disse Meneguelli. O Congresso estava às vésperas de votar as Medidas Provisórias 294 e 295. E o presidente da CUT veio a Florianópolis para tentar dar força à resistência dos trabalhadores ao Plano Collor, ao arrocho e ao desemprego, uma luta que toma conta do país.

Naquela noite, Meneguelli fez o discurso de abertura do ato de lançamento do Fórum Estadual Contra a Recessão e a Fome. E trouxe na bagagem números que fazem parte do dia a dia da crise. "Nós temos um recorde na Grande São Paulo: mais de um milhão de desempregados", disse o presidente da CUT. Um milhão é também o número de demissões em Santa Catarina, desde o Plano Collor I. Meneguelli também falou do salário mínimo, o menor da história, que vale um quinto do que valia há 50 anos. E dos salários de todos os trabalhadores, hoje em pelo menos um terço do que deveriam valer.

Collor combateu a inflação com o arrocho. Os dados do Banco Mundial mostram que, antes do Brasil Novo, os 10% concentram 51% da renda. "E eu só estou aguardando o Collor dizer que o petróleo jogado no mar do Iraque era exatamente a cota do Brasil", brinca amargamente Meneguelli.

Crise que se agrava com as demissões na Autolatina, "demissões políticas", segundo Meneguelli. Os cinco mil operários postos no olho da rua significam uma economia de apenas 0,97% para a empresa. "A Autolatina usa as demissões num braço de ferro com o governo, pela liberação dos preços", diz o presidente da CUT. E usa a mesma holding para mostrar como os empresários não têm interesse em acabar com a recessão: "Você lembra que a Volkswagen produzia Fusca, até que descobriu que produzindo um Gol tinha o lucro de dois Fusca. Quer dizer, não importa vender carro para todo mundo. Não importa repartir o lucro".

A CUT responde à crise com um slogan: "Recessão não é meio de controlar a inflação. Só se combate com distribuição de renda e de terra, com uma nova política econômica", diz Meneguelli. A Frente Nacional Contra a Fome e a Recessão aponta a mobilização dos trabalhadores como único meio de chegar às mudanças.

No primeiro aniversário do governo Col-



O presidente da CUT fala contra a miséria em Fpolis

lor, em 15 de março, a Frente quer fazer manifestações unitárias com trabalhadores de todas as categorias contra a política econômica. E Meneguelli trouxe de São Paulo notícias e que os metalúrgicos do ABC e de Campinas decidiram fazer greve no dia 15, fortalecendo os protestos já com duas semanas de antecedência. "A CUT não tem greve geral marcada, mas está crescendo a tensão junto à classe trabalhadora". O presidente da Central Única acredita que novas categorias devem decidir pela paralisação. "Mas a greve só sai se os diretores de sindicatos tirarem o bumbum da cadeira e irem à porta de fábrica".

A greve geral não é o objetivo final do Fórum, mas instrumento de luta, assim como passeatas, painéis, manifestações. Mas há pelo menos dois sinais que tornam essa proposta mais próxima de se realizar brevemente. Um é a unificação das três maiores centrais sindicais do país - CUT, CGT e CGT II - em torno de um mesmo objetivo, a luta contra a recessão. Outro, é a própria vontade dos cutistas, que atinge 15 milhões de trabalhadores filiados, de categorias organizadas como petroleiros, metalúrgicos ou bancários. Vontade expressa na voz e num raro sorriso do presidente Jair Meneguelli: "Nós queremos fazer uma greve geral para parar até o piloto do helicóptero que leva Collor ao trabalho". (Jacques Mick - Núcleo Organizado de Imprensa Sindical)

Fórum mobiliza entidades

Jair Meneguelli quer que o Fórum Nacional Contra a Recessão e a Fome se transforme num movimento semelhante ao das Diretas Já, de 1984. O Fórum foi criado em 30 de janeiro, em Brasília, e reúne os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores, organismos da sociedade civil, partidos políticos e movimentos populares e sociais.

Em Santa Catarina, o ato de lançamento do Fórum juntou na mesma mesa do plenário da Assembléia representantes da CUT, da Federação dos Micro e Pequenos Empresários de Santa Catarina (Fampesc), da Federação dos Metalúrgicos de Santa Catarina, dos partidos de oposição ao governo federal e da Federação dos Trabalhadores da Indústria. A Ordem dos Advogados do Brasil e a Central Geral dos Trabalhadores no estado, por enquanto, não se integraram às atividades.

A primeira ação conjunta das entidades acontecerá em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, esquentando as baterias para as manifestações do aniversário do gover-

no Collor. Em 15 de março, os brasileiros estão convocados pelo Fórum a ir à rua contra a política econômica. Na avaliação de Meneguelli, "só a mobilização das categorias é que pode trazer alguma conquista para os trabalhadores".

No estado, a manifestação de repúdio aos Planos Collor se junta às atividades programadas pelos servidores públicos de Santa Catarina, que realizam protestos durante a posse do novo governador, Vilson Kleinübing. E as categorias organizadas vivem a expectativa da decretação de paralisações nacionais, por melhores salários, na luta contra a recessão e a fome.

Mas o Fórum continua agindo, mesmo depois do dia 15, na preparação de uma possível greve geral e programando novas manifestações. No calendário estadual, desde já, a realização de atividades conjuntas das categorias de trabalhadores em 1º de Maio, Dia do Trabalhador. "A luta do Fórum só termina com o fim da recessão", diz Jair Meneguelli.

Assembléia repassa informações

Muitos informes e poucas presenças na assembléia da Eletrosul do dia 26, que foi realizada na Elase, às 18 horas. Os informes diziam respeito a eleição de representantes sindicais, imposto sindical, Plano Bresser e 84% de março. Quanto ao salário de fevereiro, foi explicado que o índice da MP 292 para novembro é 153%, e não os 147% que vinha sendo adotado. A diferença entre esses índices, retroativo a novembro, será pago este mês em rubrica separada. Aplicação da MP 296 reajustará os salários em fevereiro em 23,98%. Outra questão importante relatada foi a MP 294, que se implantada inviabilizará as fundações de caráter fechado, como a Elos e Celos. Com relação a reunião do Comando Nacional realizada dias 19 e 20, em Brasília, ficou definido um plantão permanente do Comando, para atuarem junto ao Congresso, ministros e Tribunal Superior do Trabalho. O Comando quer com esse plantão subsidiar os congressistas do papel do setor elétrico visando a reversão da Reforma Administrativa de Collor de Mello.

Quem foi a assembléia ficou sabendo também, com detalhes, da audiência havida com os ministros do TST, Hildo Gurgel, redator, e Marcelo Pimentel, revisor, sobre o dissídio da categoria.

SALÁRIO ATRASADO

Celesc poderá ser multada

A Celesc acabou pagando os salários sem o reajuste previsto pela Medida Provisória (44.34%). A empresa diz que só vai pagar a diferença no dia 13, o que é ilegal. Pela lei, a Celesc deve pagar o salário inteiro até o dia 7. Se não o fizer, estará sujeita ao pagamento de uma multa de 160 BTNs por empregado, o que somaria Cr\$ 127 milhões.

Os sindicatos estão fazendo contatos frequentes com a Celesc visando a garantia do pagamento no prazo legal, mas têm en-

contrado intransigência por parte da empresa.

Diante disso, a Intersindical vai realizar uma reunião no início da próxima semana para discutir a questão. "A Celesc precisa fazer um acordo com os sindicatos sobre a data de pagamento e sobre o próprio índice, senão vai ter que arcar com a pesada multa que a Delegacia Regional do Trabalho certamente vai aplicar", asseguram os sindicalistas.

BALANCETE

VERIFICAÇÃO DO MÊS DE JANEIRO DE 1991.			
SALDO ANTERIOR: 31.12.90			
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 99-6	Cr\$	1.515.893,61	
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 248-0	Cr\$	40.061,74	
Fundo Fidei-Caixa	Cr\$	3.126.405,54	
Caixa Econômica Federal CONTAS POUÇANCA	Cr\$	54.337,39	
Fundo de Apoio Sindical 29007-0	Cr\$	6.174.091,29	
Fundo de Construção 21480-0	Cr\$	1.824.518,37	
Fundo de Modernização 49560-0	Cr\$	1.726.418,49	
Fundo Mobilização CELESC 49569-0	Cr\$	4.000.000,00	
Sinergia 50325-1	Cr\$	4.000.000,00	
Sinergia 160708-1	Cr\$	18.340.692,71	
Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS			
Sinergia 99-6	Ncz\$	2.364,99	
Sinergia 248-0	Ncz\$	26.289,32	
Sinergia 29007-0	Ncz\$	112.338,39	
Sinergia 29008-0	Ncz\$	883,43	
Sinergia 29009-1	Ncz\$	9.087,63	
Sinergia 29007-0	Ncz\$	37.974,47	
Sinergia 21480-0	Ncz\$	11.403,62	
Sinergia 31480-2	Ncz\$	19.455,29	
Sinergia 33150-8	Ncz\$	881.557,43	
Sinergia 160708-1	Ncz\$	1.308.910,65	
RECEITAS:			
Mensalidade CELESC-ELETROSUL	Cr\$	2.238.274,93	
Mensalidade Aposentados	Cr\$	14.643,23	
Comissão Seguro	Cr\$	279.113,73	
Recuperação Despesas	Cr\$	3.551.601,62	
Juros Poupança Open	Cr\$	265.645,81	
Juros Cruzados Novos	Cr\$	8.334.396,32	
TOTAL	Cr\$	25.984.001,68	
DESPESAS:			
Despesas Geral	Cr\$	2.852.333,61	
INVESTIMENTOS:			
Construção Adequação Prédio	Cr\$	2.852.333,61	
Aquisição Linha Telefônica	Cr\$	Cr\$ 888.518,00	
	Cr\$	Cr\$ 182.720,00	
SALDO ATUAL: 31.01.91			
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 99-6	Cr\$	1.344.243,10	
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 248-0	Cr\$	144.250,43	
Fundo Fidei-Caixa	Cr\$	3.091.278,54	
Caixa Econômica Federal CONTAS POUÇANCA	Cr\$	62.841,17	
Fundo de Apoio Sindical 29007-0	Cr\$	3.091.278,54	
Fundo de Construção 21480-0	Cr\$	1.817.103,82	
Fundo de Modernização 49560-0	Cr\$	1.817.103,82	
Fundo Mobilização CELESC 49569-0	Cr\$	2.155.056,01	
Sinergia 26800-7	Cr\$	4.789.476,00	
Sinergia 50325-1	Cr\$	20.481.301,30	
Sinergia 99-6	Ncz\$	309.233,66	
Sinergia 248-0	Ncz\$	15.646,19	
Sinergia 29007-0	Ncz\$	135.217,59	
Sinergia 29008-0	Ncz\$	13.722,14	
Sinergia 29009-1	Ncz\$	7.412,07	
Sinergia 31480-2	Ncz\$	1.061.152,61	
Sinergia 160708-1	Ncz\$	1.061.152,61	
Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS			
Sinergia 99-6	Ncz\$	309.233,66	
Sinergia 248-0	Ncz\$	15.646,19	
Sinergia 29007-0	Ncz\$	135.217,59	
Sinergia 29008-0	Ncz\$	13.722,14	
Sinergia 29009-1	Ncz\$	7.412,07	
Sinergia 31480-2	Ncz\$	1.061.152,61	
Sinergia 160708-1	Ncz\$	1.061.152,61	
TOTAL	Ncz\$	1.569.328,57	
Sinergia Florianópolis, 14 de fevereiro de 1991		Cr\$ 25.984.001,68	

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Rosângela Bion (DRT/SC 1019). Ilustração Franck Maia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3886. Telex: 48-2555. Fax: 23-5595. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Congresso encara o arrocho

Partidos de oposição, pela primeira vez, se unem para defender uma política salarial que, pelo menos, reduza as perdas que vêm se acumulando plano após plano.

Rosângela Bion*
Equipe Linha Viva

Ao longo de praticamente dez meses, os trabalhadores assistem irritados a discussão de projetos de lei, edição e reedição de medidas provisórias que tem conseguido cristalizar perdas passadas e garantir perdas futuras. Afogando em saudades dos tempos em que recebiam reajustes mensais de acordo com o IPC do mês anterior, eles assistem à última das medidas provisórias, a 295, provocar as mesmas discussões intermináveis e inconclusíveis de sempre. Delman Ferreira e Jair Meneguelli participaram dos debates que aconteceram em Brasília nos dias 18 e 19, entre os partidos de oposição e os que apóiam Collor de Mello, e chegaram à seguinte conclusão: o governo não quer resolver o sério problema dos salários.

O Dieese descreve esse sério problema da seguinte forma: a 295 oferece reajuste entre 116,81% e zero para categorias que precisavam de 531,20% e 81,67%, respectivamente. Ou seja, de acordo com o ICV — (Índice de Custo de Vida) — o salário real dos trabalhadores não vai manter nem o valor vigente em março de 90. Graças ao congelamento de salários previsto para o período de março a julho, este patamar vai descer ainda mais. Só os aumentos das tarifas públicas terão reflexos sobre o custo de vida dos traba-

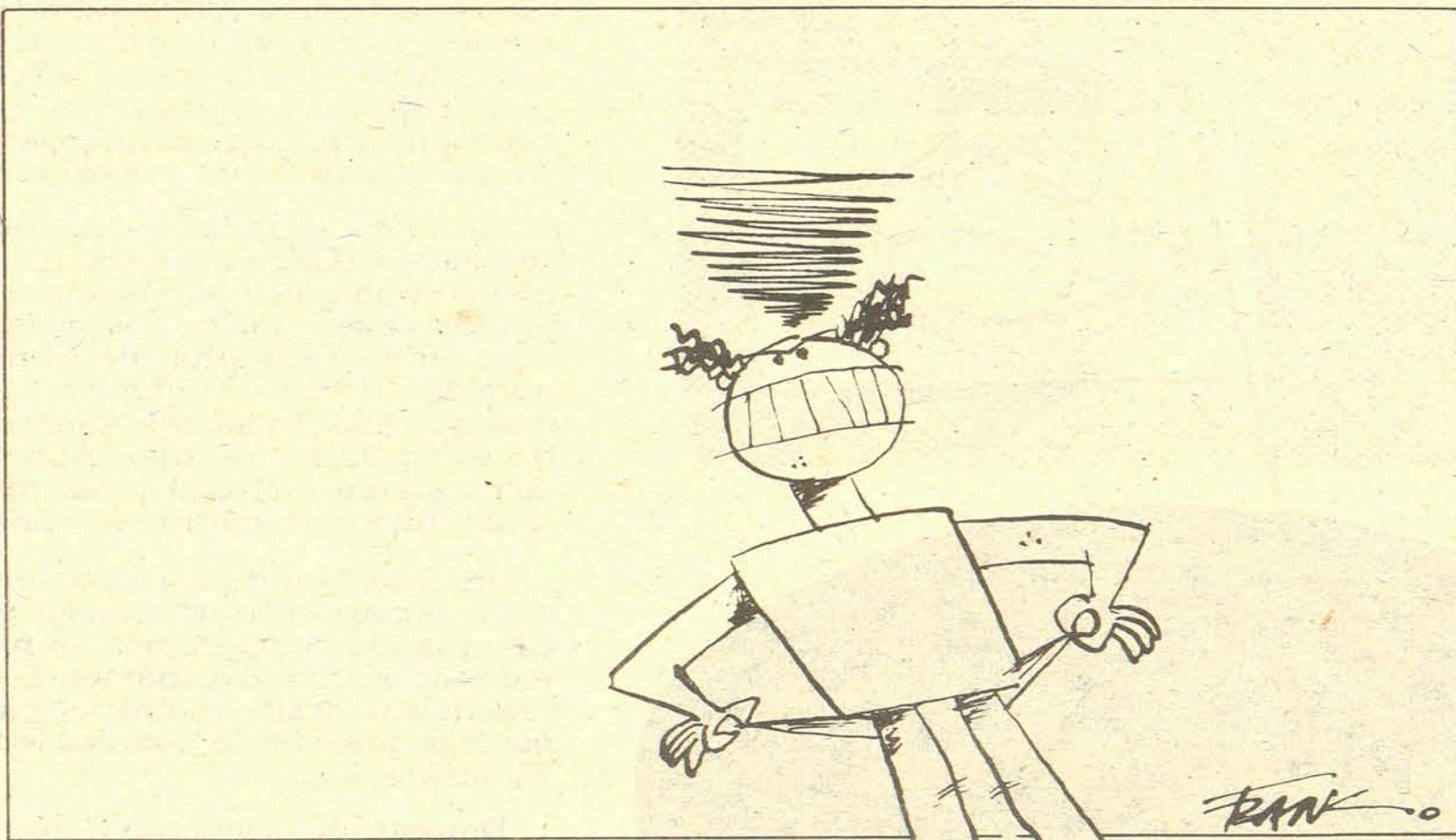
lhadores até abril desse ano. O Dieese ainda cita como consequência nefasta da 295 a interrupção do processo de negociação da reposição das perdas salariais impostas pelo Plano Collor I. Tempos em que a taxa inflacionária alcançou 1.355%.

A CUT participou dos debates em Brasília para definir uma política salarial emergencial com a seguinte posição: a atual crise só será resolvida com muito crescimento econômico e distribuição de renda, e para isso é preciso criar mecanismos para proteção e aumento dos salários. Delman Ferreira, primeiro secretário da Central, conta que as negociações avançaram no sentido do consenso, inclusive pelas madrugadas, até o governo emperrar na proposta que previa salário mínimo de Cr\$ 17 mil em março, com reajuste trimestral pela variação nominal da cesta básica, que seria de Cr\$ 28.500,00 e reajuste trimestral de 5% para a faixa de salários até dez mínimos, ou a variação da cesta básica, o que fosse maior. A oposição desceu sua proposta até o seguinte patamar: Cr\$ 18 mil de salário mínimo, com reajustes bimestrais pela cesta básica que seria Cr\$ 50 mil em março, reajustes escalonados de 90% da cesta básica de 2 a 4 mínimos, 70% de 4 a 10 e livre negociação para quem

ganha acima de 10 salários-mínimos.

Enquanto negociava, o porta-voz do governo, Antônio Kandir ousou comentar que só participaria de um acordo se o TST — (Tribunal Superior do Trabalho) — fosse impedido de conceder qualquer recuperação dos salários anteriores ao Plano Collor II. Todos os presentes rejeitaram a heresia e passaram a discutir um projeto de conversão que basicamente impediria o governo de reeditar a Medida Provisória 295. Durante o vácuo vigoraria a Lei 8.030, que em abril apresentou a livre negociação. Assim estaria criado um espaço para o aprofundamento das discussões. Também a idéia da conversão não vingou.

Parece que ainda esta semana todos os trabalhadores cansados do país vão saber o que vai acontecer com o fruto de sua suor. A CUT vai estar de vigília constante em Brasília, junto com seus Departamentos, para pressionar os parlamentares. Nos corredores ela vai continuar falando que enquanto a inflação estiver nesses patamares o ideal é repassar o índice para os salários, que deve ser o ICV do Dieese. O salário-mínimo defendido pela Central é o mesmo praticado no Plano Cruzado: 100 dólares. (Núcleo Organizado de Imprensa Sindical).



Metalúrgicos contra demissões

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo espera que durante a quinta negociação com a direção da Autolatina a empresa se manifeste favorável à ampliação do prazo para as demissões voluntárias na Ford e Volkswagen. Os sindicalistas acreditam que esta seria a forma menos traumática de se continuar a redução do quadro de empregos nas duas empresas, que hoje possuem 35 mil trabalhadores. No oitavo dia de greve, os metalúrgicos ainda contam com a interrupção das demissões, que segundo o anunciado chegam a 1.800 na Volkswagen e 1.850 na Ford de São Bernardo do Campo.

Cerca de 4 mil empregados já demitiram-se desde janeiro. A maio-

ria deles cedendo às fortes pressões das chefias da Autolatina. Para alcançar sua meta — 3.550 demissões só em São Bernardo e mais de 5 mil no país — a empresa ofereceu um salário para os trabalhadores com até três anos de serviço; dois salários para a faixa de três a cinco anos; três salários e meio para os que estavam entre seis e onze anos e cinco salários para empregados com mais de onze anos de Autolatina. No dia 8 de fevereiro, a empresa encerrou o prazo para voluntariedade e anunciou o início das demissões em massa. No dia 18, os metalúrgicos iniciaram a greve, não só para impedir as demissões mas também para protestar contra o Plano Collor II.

Capital. Agora os membros do Comitê estão empenhados na elaboração de um documento, denunciando as atrocidades da guerra, que será distribuído nas escolas, universidade, no serviço público e trabalhadores em geral.



200 reclamantes. "São muitas ações, com estágios de andamento muito distintos", explica o departamento, justificando a impossibilidade de informar a situação de cada uma. Mas já existe ação encerrada, com os empregados com o seu vínculo à Celesc reconhecido.

Guerra no Golfo pauta do Comitê

Durante todo dia 27, os membros do Comitê Contra a Guerra no Golfo estiveram no calçadão da Felipe Schmidt, em Florianópolis, apresentando uma série de vídeos sobre o conflito no Oriente Médio e mostrando para os transeuntes sua posição em relação a Guerra. Na semana passada eles realizaram um novo debate na Fecesc, reunindo membros da OLP - Organização pela libertação da Palestina e da Sociedade Árabe Palestina, e distribuíram panfletos no centro da

TRIBUNA

livre

Gastão Cassel
Jornalista

Guerra, barbárie e humanismo

A experiência histórica da guerra do Golfo Pérsico, que ocorre em um momento em que se altera o perfil geopolítico do mundo, cobra de todas as pessoas empenhadas em construir uma sociedade justa e humanitária, uma posição radical de valores como a vida, a não violência e a solidariedade.

Neste último quartel do século XX, não podemos analisar uma guerra de tais proporções orientados por velhas fórmulas maniqueístas. Há que se procurar, deste conflito singular, tirar lições que nos conduzam a uma cultura da não violência, que se alicerce na discussão de conceitos éticos, do humanismo, do respeito à vida e à liberdade.

Ocorre que as posições adotadas por muitos dos comitês pela paz espalhados pelo Brasil (invariavelmente compostos por partidos e entidades de esquerda) pecam pelo maniqueísmo ao eleger como alvo prioritário o imperialismo norte-americano. Ao reivindicar apenas "a retirada das tropas imperialistas do Golfo", os comitês assumem uma verdadeira posição "pela guerra", pois tal inflexão conduz a um apoio velado e tímido ao Iraque e seu ditador.

Não se trata de esconder que o interesse ianque na luta pela "libertação do Kuwait" é a consolidação de uma nova ordem econômica internacional, cuja implementação depende da hegemonia sobre a região produtora de petróleo. Mas ao opor-se ao intervencionismo americano, não se pode afirmar a barbárie como alternativa. Sucumbir a uma ética baseada no "guerra é guerra" significa mergulhar na alienação ao negar a capacidade de intervenção consciente do homem sobre a história, é a negação da própria práxis diante do determinismo e do imediatismo.

Que diferença há entre bombardeio de Bush a Bagdá e o derramamento de óleo no mar, promovido por Saddam? Qualquer um dos atos é condenável e cruel. Ambos são agentes da barbárie e da destruição, sem nenhuma distinção ética. Ou será que os fins justificam os meios?

A formulação simplista de eixos anti-imperialistas já nos deu exemplos trágicos de consequências políticas nefastas. Como esquecer dos Montoneros argentinos pedindo armas para os generais que os torturaram para "morrer pela pátria" nas Malvinas? Boa parte da esquerda argentina esqueceu da repressão na chamada "guerra suja" para apoiar os militares na sua aventura "contra o imperialismo inglês".

Mas certamente a mais grave vítima do maniqueísmo é a Organização para a Libertação da Palestina. Ao apoiar Saddam e perder-se na névoa da barbárie, a legítima organização do povo palestino depositou nas mãos de um ditador o futuro de sua causa — aliás uma das mais justas de nosso tempo. A OLP perde, ao alinhar-se incondicionalmente com o Iraque, a oportunidade de credenciar-se como o grande agente mediador do Oriente no pós-guerra, deixando de fortalecer a própria perspectiva do estado palestino como uma espécie de reserva moral. Mas a OLP, tomada pelo imediatismo, prefere avalisar os ataques à Israel e assumir todos os riscos junto com Saddam.

A defesa radical da paz passa necessariamente pela denúncia do papel que vem cumprindo a ONU, manipulando e acobertando as manobras de Bush. Passa, também, pela defesa da desocupação do Kuwait e da retirada das tropas "aliadas" da região. Seu ponto fundamental seria a convocação de uma conferência árabe para discutir a questão do Kuwait e da Palestina. Não pode passar em branco, ainda, o massacre que os soviéticos promovem no Báltico.

Temos que ter consciência de que os esforços dos tupiniquins, por maiores que sejam, não vão alterar os rumos da guerra. Mas isso não nos tira a responsabilidade de refletir a respeito, colocando o conflito como um momento de afirmação de uma nova ética humanista. Não nos basta espremer contra o imperialismo. Para vencê-lo é preciso estabelecer uma nova hegemonia não apenas geopolítica, mas, sobretudo, filosófica e ideológica. Não nos enganemos acreditando que uma sociedade grandiosa do ponto de vista humano pode ser conquistada sem a preservação da vida (todas as vidas) e dos valores humanos mais dignos. Sem isso, só iremos à barbárie.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

A AIDS no país da modernidade (I)

O governo tem uma política para a AIDS que é péssima, antipopular, mentirosa, hipócrita, moralista e que vai provocar uma tragédia em mortes. As campanhas contra a doença são uma coleção de erros, distorções e preconceitos.

Hebert Daniel

Diretor da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

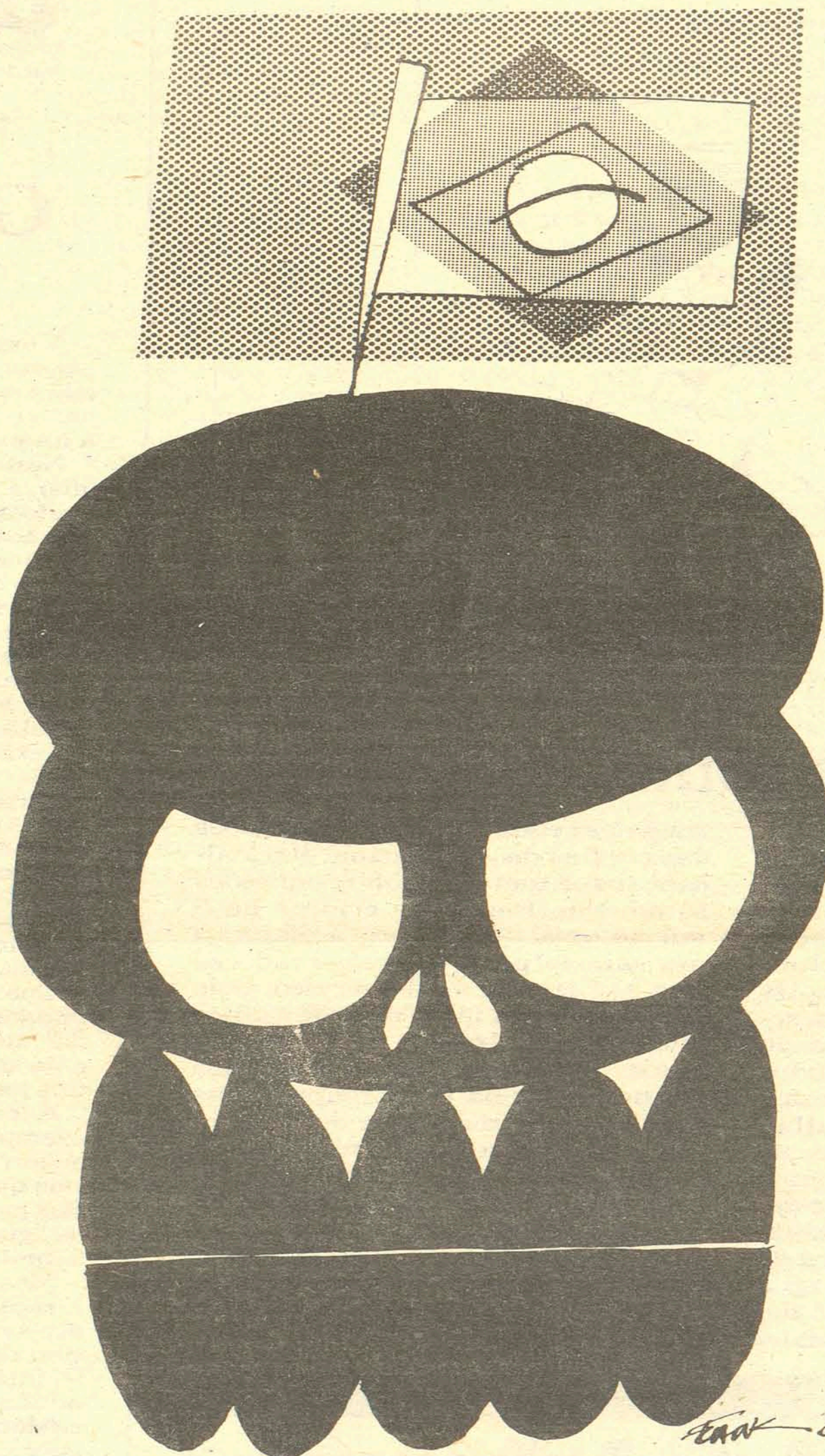
Qualquer brasileiro com um mínimo de sensibilidade, que já tenha refletido sobre a gravidade da epidemia de AIDS, deve estar assombrado com a última campanha lançada pelo Ministério da Saúde a respeito da doença. A priori, os cartazes, anúncios em jornal, outdoors e filmetes na televisão deveriam informar o público sobre a epidemia mais grave do final do século. Mas para surpresa geral, o material, a rigor, não informa absolutamente nada. Entra na categoria "advertência". Mas estará o governo brasileiro advertindo a respeito do quê?

Para que serve esta campanha? A quem interessa ou adverte? O que quer dizer exatamente? Parece que são estas perguntas que inquietam inicialmente. Se fosse um produto novo sendo lançado, muitos discutiriam suas qualidades, esperando uma continuação da série para esclarecimento do ministério. De fato, no seu conjunto a campanha promovida pela Divisão de DST/AIDS do Ministério da Saúde apresenta-se como um enigma para a inteligência, já que seguramente coloca em dúvida, mais uma vez, a existência de vida inteligente nos corredores ministeriais de Brasília. Os nossos burocratas não engoliram apenas uma sílaba ministerial, mas fizeram uma mini-plataforma do que tem sido a orientação política do governo Collor: trata-se de fazer uma exibição televisiva armada em cima do simulacro, tirando do governo a responsabilidade social, para fazer da atividade administrativa uma espécie de teatro de sombras onde conta apenas o efeito da imagem roubada da luz.

A campanha (que se apresenta paradoxalmente como informativa) tem como característica central a vacuidade de propósitos. Inegavelmente poder-se-ia atribuir tanta confusão a uma terrível ingenuidade, uma ignorância crassa em relação à AIDS ou a falta de competência tanto na área de comunicação quanto na área da saúde. Sim, esta seria uma hipótese, e a mais tolerável: a de que estamos diante de burocratas que não têm nenhuma orientação política ou técnica e que fazem qualquer negócio para mostrar trabalho. Diríamos então, como tantos ainda pensam, que o país não tem uma política determinada para enfrentar a epidemia de AIDS.

No entanto, quero neste texto afirmar exatamente o contrário: o governo brasileiro tem uma política sim para a AIDS e vai segui-la. É uma política péssima, anti-popular, mentirosa, hipócrita e moralista e que vai provocar uma tragédia em mortes, em avanço de uma epidemia que esta política perversa não pretende controlar. Não se trata de ingenuidade. Trata-se de uma estratégia, toda ela interligada ao conjunto de políticas que estão levando este país ao abismo, enquanto o presidente faz ginástica de gordo nervoso e seus assessores se bronzeiam em doces praias de "nouveaux riches".

A campanha atual faz parte de uma conjuntura global. Alimenta um processo de esvaziamento da cidadania do brasileiro. No caso da AIDS, há uma mensagem de fundo propondo que a epidemia seja "privatizada". Como se os meios de transmissão da epidemia, por envolverem comportamentos individuais e áreas tabus do corpo, apagassem o caráter social da epidemia. Ou seja, elude o fato de que se trata de um problema de sociedade e que só pode ser enfrentado coletivamente, cabendo às instituições governamentais, em todos os níveis, uma ação dinâmica capaz de identificar os caminhos sociais do vírus e propor soluções coletivas que envolvam desde atividades de prevenção até as atividades de assistência e tratamento de pessoas contaminadas. O apelo à "responsabilidade" do cidadão tem sido uma forma de dizer que o governo "liberalmente" não pode se meter na intimidade das pessoas. Pura balela. É ine-



gável que todos temos responsabilidade em relação a evitar a AIDS, mas é irrecusável a parte importante das instituições governamentais na elaboração de uma estratégia global de enfrentamento de uma epidemia que se apresenta mundialmente como uma crise não apenas de saúde ou de ciência, mas como uma verdadeira crise de sociedade; de fato, uma crise de civilização do ponto de vista planetário.

A CAMPANHA DESCENDO A RAMPA DA CREDIBILIDADE

Desde que foi criada a Divisão DST/AIDS, a parte mais visível do programa brasileiro contra a AIDS têm sido sempre os filmetes apresentados na TV. Ano após ano, as campanhas conseguiram a façanha de irem tornando-se cada vez piores, cada vez menos informativas, cada vez mais vazias de informação e mais cheias de preconceitos.

Curiosamente, durante o governo Sarney a incompetência parecia uma metodologia, até mesmo uma opção existencial da diretora do programa, Dra. Lair Guerra, que deixou poucas saudades. As primeiras iniciativas enfrentaram alguns problemas, como por exemplo a pressão de setores conservadores da sociedade, ou até da polícia que preferia que, ao se falar de drogas, se fizesse uma campanha contra o narcotráfico. Seguramente, não se pode misturar a infor-

mação contra a AIDS nem com a luta contra o narcotráfico, nem com nenhum tipo de moralismo ou apelo ideológico. Trata-se de educação para a saúde, e a sinceridade, a clareza, a honestidade, a franqueza são fundamentais para produzir uma informação não só adequada como viável e eficiente.

Ao longo de todas as campanhas realizadas até agora contra a AIDS, as autoridades produziram peças publicitárias ambíguas, carregadas de metáforas, estimulando muitas vezes o medo, a suspeita e o pânico. Surgiram também pedaços canhas de mentiras abertas. Por exemplo, num dos filmetes divulgados a locutora aconselhava às pessoas que não "tomassem sangue clandestino". Imagino, entre os milhares de hemofílicos que morreram, se algum deles algum dia saiu pelas madrugadas, procurando um sanguinho para matar seus anseios...

Um fato, bem típico do governo anterior, que demonstra como as coisas são articuladas politicamente, chama a atenção quando comparamos as propagandas brasileiras com todas as outras governamentais do mundo. As propagandas brasileiras eram as únicas que vinham assinadas com o nome do presidente, com seu leminha de "tudo pelo social"... Elementar!

Empossado o governo Collor, durante nove meses houve um silêncio absoluto sobre AIDS no Brasil. Empossado o Dr. Eduardo Cortes, na Divisão DST/AIDS ele fez discursos, para alguns públicos especiais, onde falava do que seria o seu trabalho, mas não apresentou nenhum programa real, nada que desse sinal de uma implantação de uma estratégia de combate à epidemia. O dr. Eduardo não é um inocente. Tem uma biografia ligada à AIDS, é médico, pesquisador, conhece o trabalho das organizações comunitárias que lutam contra a AIDS. Encomendou a atual campanha para as agências de publicidade, depois de ter muitas empresas privadas a financiarem essa aventura infeliz. Dizia que a "parte técnica" seria aprovada por ele.

Bom, supostamente as idéias, ou a falta delas, demonstrada na campanha, decorrem diretamente das concepções do diretor do programa. Certamente, as agências publicitárias podem ser acusadas de ignorância e falta de criatividade. Mas fizeram o produto para o cliente, que aceitou. Se o cliente aceitou quem será a besta maior? Eu voto pelo empate.

Um outro detalhe, não desprezível, é o fato de que a Divisão que trata de AIDS é uma parte do Ministério perdida nos escaninhos mais baixos da hierarquia. Não tem poder político real! Fica na dependência de migalhas. O diretor da Divisão tem dificuldades de conversar com o próprio ministro. Parece que até hoje não pôde sequer ter uma audiência com o Imperador, digo, Presidente. Nem mesmo fazer o diretor do serviço de AIDS rolar a rampa foi considerado, para dar uma noticiuzinha de fim de semana. Isto demonstra o desinteresse completo do governo em relação ao problema de epidemia de AIDS. O presidente não manifestou o mínimo interesse pelo assunto. Ora, como ele faz um curso intensivo moral de fim de semana com suas camisetinhas, um dos temas poderia ser AIDS. Mas parece que o esporte subiu-lhe a cabeça e ele gosta de brincar de ser presidente com outros temas, não com estes.

Matéria publicada na revista Políticas Governamentais, publicada pela IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Continua na próxima edição.

LINHA
aberta